



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

**PROJETO DE LEI Nº 61, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023.**

Dispõe Sobre a Obrigatoriedade de Remoção dos Cabos e Fiação Aérea, Excedentes e Sem Uso, Instalados Por Concessionárias e/ou Permissionárias que Operam ou Utilizam Rede Aérea, no Município de Santo Amaro da Imperatriz e Dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, **FAÇO** saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam obrigadas as concessionárias e/ou permissionárias prestadoras de serviços de telefonia, televisão a cabo, internet, ou qualquer outro relacionado à rede aérea, no município de Santo Amaro da Imperatriz, a removerem os cabos e a fiação por elas instalados, quando em excesso e sem uso.

**Parágrafo único.** Os projetos de instalação deverão:

**I** - conter cabeamento identificado, sujeito a multa de R\$1.000,00 (mil reais) em caso de descumprimento;

**II** - ser instalado separadamente, salvo quando desenvolvimento tecnológico permitir compartilhamento;

**III** - estar devidamente regularizado, conforme legislação vigente, e conter autorização do Município, sujeito a multa de R\$1.000,00 (mil reais) em caso de descumprimento.

**Art. 2º** As concessionárias e/ou permissionárias terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta Lei, para se adequarem às suas disposições.

**Art. 3º** Uma vez notificada pela administração pública ou pela municipalidade, as prestadoras de serviços de que trata o art.1º desta Lei terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação, para a remoção dos cabos ou fiação aéreas excedentes, ou para justificar a necessidade de mantê-los no local, sob pena de aplicação de multa no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento.

**Art. 4º** Caberá ao Executivo Municipal a regulamentação desta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua vigência, bem como definir o órgão competente para sua fiscalização e aplicação das notificações e das multas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

**Art. 5º** Todas as multas deverão ser precedidas de auto de infração, com indicação do autuado, infringência e prazo para regularização 45 (quarenta e cinco) dias corridos, improrrogáveis, quando descumprido o prazo para a regularização será imposto multa.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 14 de setembro de 2023.

**WILSON ALEXANDRE MELO**  
Vereador